

CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ

Lílian Christian Domingues de Souza

Engenheira Agrônoma
Mestranda em Sistemas de Produção na UNESP/FEIS
lilianagronomia90@hotmail.com

Antonia Batista da Cruz

Licenciada em Pedagogia, Professora do Município de Matupá - MT

Regielma Bentes Nascimento

Licenciada em Pedagogia, Professora do Município de Matupá - MT

Terezinha Lima Ribeiro

Licenciada em Pedagogia, Professora do Município de Matupá - MT

Silvane Eloísa Pereira da Silva

Licenciada em Pedagogia, Professora do Município de Matupá - MT

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo migratório dos moradores da área urbana de Matupá-MT enfatizando a colonização e migração em Mato Grosso, verificando os fatores que contribuíram para a vinda destas famílias para esta região e caracterizar os moradores dos bairros deste município. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório realizado no período de maio a junho de 2005, com moradores dos oito bairros do município de Matupá-MT, o método de entrevista direta com os moradores, através de um questionário contendo perguntas objetivas, sendo entrevistadas 5% das 2680 famílias, o que equivale a um total de 134 famílias. Conclui-se que a busca por melhores condições de vida levaram às famílias entrevistadas migrarem para Matupá-MT na sua maioria oriundas do Sul do Brasil e também de outras regiões: Região Centro-Oeste, região Sudeste, região Nordeste e região Norte.

Palavra-chave: colonizadores, migração, ocupação

CHARACTERIZATION OF THE POPULATION OF THE MATUPÁ CITY

Abstract

Characterization of the residents of the neighborhoods of the district of Matupá-MT. This work has as objective analyzes the residents' of the urban area of Matupá migratory process emphasizing the colonization and migration in Mato Grosso, verifying the factors that contributed to the arrival of these families for it is area and to characterize the residents of the neighborhoods of this municipal district. The research is qualitative, of exploratory character accomplished in the period of May to June of 2005, with residents of the eight neighborhoods of the municipal district of Matupá-MT, the method of direct interview with the residents, through a questionnaire containing questions lenses, being interviewed 5% of the 2680 families, what is equal the a total of 134 families. It is ended that to the search for better life conditions took to the interviewed families migrate for Matupá-MT in his/her majority originating from of the South of Brazil and also of other areas: Area Center-west, Southeast area, Northeast area and North area.

Key word: settlers, migration, occupation

INTRODUÇÃO

No processo histórico, as migrações são respostas do homem às adversidades do local onde vivem ou a busca de áreas que ofereçam melhores condições de vida, ou seja, alimentação e moradia adequada. Na década de 70, devido aos conflitos de terras na Região Sul do país, junto com a construção da usina de Itaipu e o início da mecanização da agricultura, muitos produtores foram “obrigados” a vender suas terras. Nesta época o governo iniciava uma política de ocupação dos “espaços vazios”, expressão usada pelo governo militar para designar a ocupação da Amazônia como lugar onde só viviam índios, posseiros e outros.

Dentro desta perspectiva nós acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, optamos por desenvolver em nossa pesquisa na área de Ciências de Educação na disciplina de História e Geografia, uma caracterização dos moradores dos bairros do Município de Matupá-MT, com o objetivo geral de fazer uma análise dos processos migratórios dos moradores dos bairros do Município de Matupá-MT. Desta maneira, está pesquisa tem como objetivo analisar o processo migratório dos moradores da área urbana de Matupá-MT enfatizando a colonização e migração de Mato Grosso, buscando verificar os fatores que contribuíram para a vinda destas famílias para esta região e caracterizando os moradores dos bairros deste município.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório realizado no período de maio a junho de 2005, com moradores dos oito bairros do município de Matupá, utilizando os métodos de pesquisa bibliográfica que nos deu embasamento teórico sobre a migração e o processo de colonização de Mato Grosso e de Matupá a partir da década de 1970, com o intuito de constatar as principais corrente migratórias existentes nesses bairros, e o método de entrevista direta com os moradores realizada através de um questionário contendo perguntas objetivas, através de um questionário elaborado de acordo com a realidade social do município, baseada em uma pesquisa exploratória buscando compreender quais os motivos que levaram os moradores dos Bairros de Matupá a migrarem para Mato Grosso? O papel da migração no desenvolvimento da cidade de Matupá? E, por que escolheram este local para morar. Sendo entrevistadas 5% das 2680 famílias, o que equivale a um total de 134 famílias.

Vários são os motivos que obrigam as pessoas a saírem de seus lugares de origem. Segundo Veiga (1994), o motivo que gera o maior número de migração no mundo todo é, sem dúvida, o econômico com as pessoas saindo à procura de seu sustento a sua melhoria de vida. populações empobrecidas, que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com um sonho de emprego. As migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado.

Conforme Veiga (1994), há tempos os povos, do mundo todo por variadas razões migraram e migram de uma região para outra em busca de melhoria de vida, impulsionados pelas febres que acontecem no país. Sendo que o Brasil há anos vem sendo o país das febres: febre da cana-de-açúcar séc. XVI e VII, da mineração no séc. XVIII, do café no séc. XIX e já no séc. XX a febre da borracha de 1860 a 1910. Essas pessoas atraídas pela esperança de riqueza, migravam através da exploração desses produtos mais essa migração ainda era fraca. Foi a partir do séc. XX que ela se tornou mais intensa.

Na década de 80 não só os nordestinos, mas também mineiros migraram para o interior de São Paulo e norte do Paraná do Rio Grande do Sul para São Paulo buscando ser operários da indústria que crescia desde a década de 30. Na década de 60 muitos trabalhadores dirigiram-se para colonizar regiões distantes e ociosas do Norte e Centro-Oeste do país obedecendo ao chamado Plano de Integração Nacional, responsável pela criação, por exemplo, da Transamazônica que visava integrar as regiões mais distantes do país dentro de um projeto de “reforma agrária”, onde o objetivo principal era buscar ocupar os espaços ditos como “vazios”.

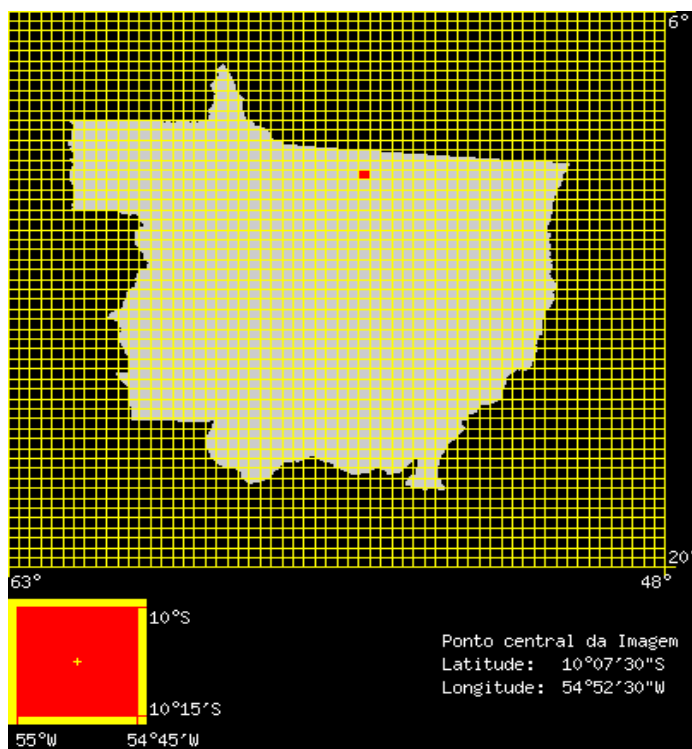


Figura 1 - Localização geográfica do município de Matupá-MT

Para Castro (2002), a colonização tem sido uma atividade realizada através de pessoas que foram colonos, ou seja, que tinham suas terras e por diversos motivos perderam seus bens e se dirigiram para diversas regiões em busca de conseguir terras e melhorar de vida. No sentido mais amplo da realidade confunde-se com povoamento desenvolvido com planejamento governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está ligado à apropriação particular da utilização do solo e ao aparecimento do trabalhador livre, enquanto classe social.

Castro (2002) relata “A Teoria Moderna da Colonização”, onde apresenta que na sociedade capitalista, o controle sobre os espaços territoriais, onde se assentam os homens, eram dadas condições necessárias à formação desta sociedade. Permitindo assim esse controle da apropriação privada da terra, uma das características da sociedade capitalista, na qual se desenvolveram os de trabalho e de suas raízes, originando-se a base fundiária, através da oferta necessária de um proletário.

O processo histórico de ocupação e povoamento de Estado de Mato Grosso pode-se perceber através de dois momentos diferentes e desconexo no tempo: a implantação dos primeiros núcleos a fase da mineração do século XVIII e a ocupação permanente através da colonização no século XX.

Segundo Hespanhol (2000), “o governo Vargas procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira do centro do país através da chamada ‘Marcha para Oeste’, proclamada em 1938, que tinha por objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país”. Neste quadro, foram criadas algumas colônias agrícolas no Estado de Mato Grosso,

algumas estradas são abertas e surgem as primeiras colonizações particulares.

Segundo Pannuti (2002), com abertura destas rodovias, tornou-se possível o povoamento das terras mato-grossense, porque estas rodovias junto com as demais deram origem as Rodovias de Integração Nacional como a Transamazônica, Traspantaneira, Porto Velho, Manaus e Perimetral Norte, que tinham por objetivos a incorporação das regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do País.

Entre 1960-70, são desenvolvidas pesquisas para a obtenção de sementes de soja adaptadas às condições edafoclimáticas do cerrado; há um forte investimento na melhoria da infraestrutura regional através do Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal e do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), principalmente no que se refere à construção de estradas para o escoamento da produção, e fornecimento de crédito rural e incentivos fiscais para que os agricultores capitalizados adquirissem cada vez mais terras.

Com esses dados dá para perceber a intensidade do deslocamento da força de trabalho para o Estado, uma vez que a incorporação do processo de expansão da fronteira agrícola nacional possibilitou a construção estratégica em Brasília no Planalto Central, tendo início à chamada política de integração nacional, articulada nos anos 60 e implantada na década de 70, onde a expansão da fronteira econômica nacional, oportunizou a abertura da BR 163 Cuiabá-Santarém e a BR 364 Cuiabá - Porto Velho, sendo significativa na ocupação de Mato Grosso e da região Centro-Oeste, pois a ocupação desta área objetivou tanto a ampliação do mercado interno como possibilitou o aproveitamento da mão-de-obra existente no País.

Na década de 70 o Governo Federal definia Mato Grosso como excelente para agricultura, uma vez que sua propaganda dizia que o solo tinha boas condições (solo roxo), com estação chuvosa bem demarcadas e constantes, sendo bom para plantações de milho, soja, arroz, feijão e pecuária de corte, para também era considerado a exploração de madeira, especiarias e essências naturais da Amazônia e do Cerrado.

Conforme Pannuti (2002) a política do Governo Federal orientou a ocupação da Amazônia na década de 70 através do Programa de Integração Nacional- PIN, no qual suas conotações sociais, atendem as famílias de agricultores vinda do Nordeste e do Sul, através dos programas de assentamento em pequenas e médias propriedades agrícolas, como estratégia de colonização. Visto que o Governo Federal estava preocupado na época em evitar a redistribuição de terras, no Sul do país. Foi então que promoveu a distribuição de terras nas fronteiras.

O Governo Federal não levou em conta a população existente nessas áreas, chamadas de “espaços vazios”, uma vez que na verdade eram ocupados temporariamente pelos indígenas, extrativistas de borracha e os colheitadores de castanha-do-Pará, os quais ao terminarem seu trabalho voltavam ao local de origem. Assim essa ocupação do espaço deixa de ser um direito de uso, de acordo com as atividades de cada grupo, tornando-se objeto de título de propriedade particular da terra, segundo o tipo das atividades econômicas em expansão, que era a agricultura integrada ao sistema nacional de produção capitalista. Promovendo complexos processos técnicos e econômicos, surgindo lógica industrial para produção agrícola, pois a ocupação da região precisava dar continuidade dinâmica no processo de crescimento econômico no Sul e Sudeste do país (PANNUTI, 2002).

O Governo Federal tinha como instrumento de execução do projeto o INCRA- Instituto Nacional de Reforma Agrária e as cooperativas, pois nesse processo de ocupação eram as cooperativas quem articulavam tudo, levando os trabalhadores rurais aceitarem as sugestões do Governo Federal, sendo elas instituições mais confiáveis do ponto de vista dos trabalhadores rurais. Dando início ao Plano de Colonização Conjunta do INCRA com as cooperativas- o PAC/ Plano de Assentamento Conjunto. Todavia esse programa do Governo Federal não conseguiu beneficiar os mini latifundiários (os pequenos agricultores) como deveria, pois o incentivo

financeiro, só beneficiou os latifundiários (proprietário capitalista).

Ainda de acordo com Pannuti (2002), os municípios matogrossense, da forma como estão constituídos atualmente, é fruto de um processo de colonização e ocupação da Amazônia dirigida pelo Governo Federal. A maior parte dos migrantes fixou-se em projetos particulares de colonização executados por empresas particulares. No Estado de Mato Grosso, totalizaram mais de 50 desses projetos.

O Governo Federal no sentido de uma ampla distribuição de terra na fronteira, evitando assim uma redistribuição de terras de propriedades no restante do país, começou com a reforma agrária, onde os projetos de colonização tanto público como privado em Mato Grosso, estão inseridos no contexto da ocupação do espaço da Amazônia, pois o Governo Federal tinha em mente inicialmente colonizar Mato Grosso dividindo-se em pequenas áreas, mas esse projeto não concretizou-se, pois, as grandes empresas colonizadoras estavam em busca de grandes extensões de terras para a pecuária e agricultura. O Governo Federal fez um acordo com as empresas colonizadoras, onde distribuiu grandes quantidades de terra a essas empresas, que tinham que demarcá-las, construir estradas e infra-estrutura para as famílias que se deslocassem para essa região, na qual comprariam terras por um preço acessível.

De acordo com Oliveira (1989), o grupo Ometto adquiriu junto ao Governo Federal uma área de terá de 245 mil hectares, onde seria implantada a Agropecuária do Cachimbo, no extremo norte do Estado, localizado no entroncamento das BR 163 da Rodovia Cuiabá- Santarém e BR 080. Apresenta os seguintes limites a Norte, Novo Mundo e a parte do Sul do Pará, a sul, Peixoto de Azevedo, a Oeste Terra Nova do Norte. Localiza-se a 700 Km da capital do Estado de Mato Grosso.

Segundo consta no plano urbanístico de Matupá, a principal meta dos urbanistas que o elaboraram era de implantar em plena Amazônia, uma cidade capaz de tornar-se um pólo regional dinamizador.

Deste a primeira fase, a implantação dos equipamentos, imóveis e obras, controlados por uma empresa urbanizadora, exigia não apenas um projeto urbano preciso, mas as normas urbanísticas que na fase seguinte pudessem ser assumidas pela comunidade.

Englobando todas as diretrizes orientadas do desenvolvimento da cidade, era preciso definir-se um Plano Diretor. Para que isso ficasse claro aos futuros habitantes de Matupá e para que eles pudessem, democraticamente, assumir o papel que deles se esperava: de condutores do processo de desenvolvimento da cidade, e as necessidades de se fazer necessária uma explicação clara dos objetivos comunicados pelo planejamento adotado, para que as futuras gerações de matupaenses pudessem conscientemente rever e atualizar o planejamento proposto.

As etapas básicas da implantação foram definidas em termos de metas populacionais e não de data de tempo futuro. O projeto urbano correspondente à primeira etapa é precisamente detalhado para uma população de 12.500 habitantes. O plano diretor por sua vez está desenvolvido em nível de partido básico, zoneamento e legislação de parcelamento para a meta de 100 mil habitantes. Além dessa área urbana, o mesmo Plano Diretor prevê uma área de expansão urbana que poderá abranger mais 200 mil habitantes, totalizando cerca de 300 mil habitantes.

Na área urbana, a definição clara de estrutura urbana adotada, permitiu a transferência para a propriedade pública municipal, das áreas destinadas à preservação da paisagem, as áreas verdes, ao sistema viário e aos equipamentos comunitários principais (no ato da aprovação legal do empreendimento como prevê a Lei Federal nº 6.766/ 19). Esta transferência garantiu de forma sólida, a manutenção das linhas mestras do partido urbanístico adotado para o Plano dos 100 mil habitantes.

Igualmente admitiu-se que a empresa urbanizadora desempenhará um papel de supervisão

permanente do desenvolvimento urbano, colaborando com o futuro poder municipal na garantia da qualidade urbanística do empreendimento, através de um escritório local de urbanistas de sua responsabilidade, com poderes e deveres para uma aproximação e fiscalização dos empreendedores, privados, de acordo com as normas urbanísticas previstas.

Para uma maior adequação às características sócio-econômicas da produção os urbanísticos preverão dois padrões de ocupação para as zonas habitacionais. O primeiro é o de menor densidade, correspondente a 45 habitantes por ha, e nele o uso habitacional é destinado à população de maior poder aquisitivo estimado em 20% da população total. A população de baixa renda, estimada em 80% da população total, corresponderá um padrão de maior densidade, com 90 habitantes por ha, no qual se prevê uma certa proporção de uso não residencial, desde que associam ao uso habitacional. O parcelamento baseou-se em um lote padrão de 300 m² (12 x 25) para as zonas habitacionais de maior densidade e em dois lotes padrão com 450 m² (15 x 30m) e 800 m² (20 x 40m) para as zonas de menor densidade. Prevendo assim uma proporção de 1 para 3 entre os lotes de 800 m e 450 m².

Matupá possui um pólo regional, no qual é uma área reservada as atividades ligadas a indústria, ao comércio central e atacadista, à administração pública, e por instalações de grande porte nos setores de saúde, educação, lazer e cultura. Onde constam que estas atividades configuram-se nas seguintes zonas; zona central de comércio e serviço, zona industrial, zonas de usos regionais, zona governamental e zona de usos especiais.

Todavia é através das atividades de âmbito regionais que o nível geral do desenho dessa zona, adotou um padrão de organização marcante, amplo e de linhas retas, garantindo assim aos usuários facilidades de tráfego, orientação e identificação dos vários espaços urbanos. Nas áreas mais interiorizadas a ligação das rodovias, localiza-se as atividades de âmbito local - habitação comércio, serviços e instituições de menor porte e alcance. Visto que as diversas zonas habitacionais se organizam em bairros, com comércio e serviços próprios. Esses bairros possuem um padrão básico de desenho que enfocam a particularidade de cada setor e a adaptação de ocupação ao relevo, com traçados viários sinuosos, resultando numa paisagem rica e variada. Por isso cada um com desenho próprio sem prejuízo de uma rigorosa organização interna.

Além dessa área urbana o plano prevê a expansão que poderá abranger mais de 2000 mil habitantes, ocupando assim as regiões do Vale do Teles Pires, Peixoto de Azevedo e uma extensão da Floresta Amazônica. E vem-se caracterizando nos últimos anos por um dinamismo em sua ocupação, a qual vem se efetuando através de um grande número de empreendimentos de colonização, nos quais o pioneirismo e complementada pela ação que só o poder público pode desenvolver principalmente no campo dos transportes, comunicações e serviços públicos de apoio à população.

O Município de Matupá foi implantado a partir da necessidade de criação de um Centro Regional, possui área urbana com infra-estrutura básica totalmente pronta e uma área rural com infra-estrutura suficientemente desenvolvida para início de atividades produtivas.

Matupá foi criado para atender as necessidades de apoio a uma grande região em rápido progresso de desenvolvimento e foi planejado para permitir a industrialização de produtos na própria região. O núcleo urbano de Matupá foi elevado à categoria de distrito com território jurisdicionado ao Município de Colíder em 11 de Dezembro de 1985 através da Lei 4.937.

Em 1986 foram criados 5 novos municípios totalmente desmembrados da extensão territorial do Município de Colíder, o distrito de Matupá passou a integrar o Município de Guarantã do Norte, que havia recebido foros do município em 1986. Neste período foi criada a ADECOM - Associação de Desenvolvimento da Comunidade de Matupá com objetivos específicos de promover o processo emancipativo do distrito. O presidente que comandou a realização de um plebiscito objetivando a consultar a comunidade sobre a viabilização emancipativa. Este projeto urbanístico de Matupá foi premiado na França e na Bienal por ser traçado nos moldes da

Capital Federal Brasília.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O homem sempre se aventura por terras desconhecidas, desbravando e habitando regiões de diferentes climas e dificuldades geográficas de um modo geral. Em constante busca de melhores condições de vida, o homem sempre será um explorador de lugares onde se sentira acomodado para crescer e constituir sua família, claro que nossos governantes têm um papel fundamental na história das colonizações, mas se não fosse a classe “esperançosa”, nada disso seria possível, nada seria como é hoje.

Constataram-se as principais correntes migratórias existentes nos bairros, utilizando o método de entrevista direta com os moradores, realizadas através de um questionário contendo perguntas objetivas, de caráter exploratório, sendo entrevistadas 5% das famílias de cada um dos 08 bairros do município, o que equivale a um total de 134 famílias entrevistadas, sendo 26 famílias do bairro centro, 20 do Bairro União, 47 do Bairro Jardim das Flores, 13 do Bairro Industrial, 8 do Bairro ZH1, 7 do ZH2, 7 do ZH3 e 8 famílias do Bairro ZH4. O total de famílias residentes nesses 8 Bairros é de 2684 famílias que estão divididas da forma como veremos no gráfico 1.

A partir da coleta de dados obtidos através da entrevista o que podemos perceber é que a maioria das famílias entrevistadas migraram, da Região Sul, cerca de 50,5% do total entrevistado, em seguida vem a Região Centro-Oeste com 21%, a Região Sudeste e Nordeste com aproximadamente 11,25%, cada uma, e a Região Norte com 6%.

Analisamos o contexto da entrevista e da revisão literária e vimos que o motivo que gera o maior número de migração no mundo todo é sem dúvida o econômico. Percebemos que o principal fator que motivou a migração para Matupá foi à busca por melhores condições de vida. Com isso podemos concluir que os migrantes que para cá vieram viram em Matupá o lugar para realização de “seus sonhos”, sonhos esses que alguns conseguiram realizar e outros não.

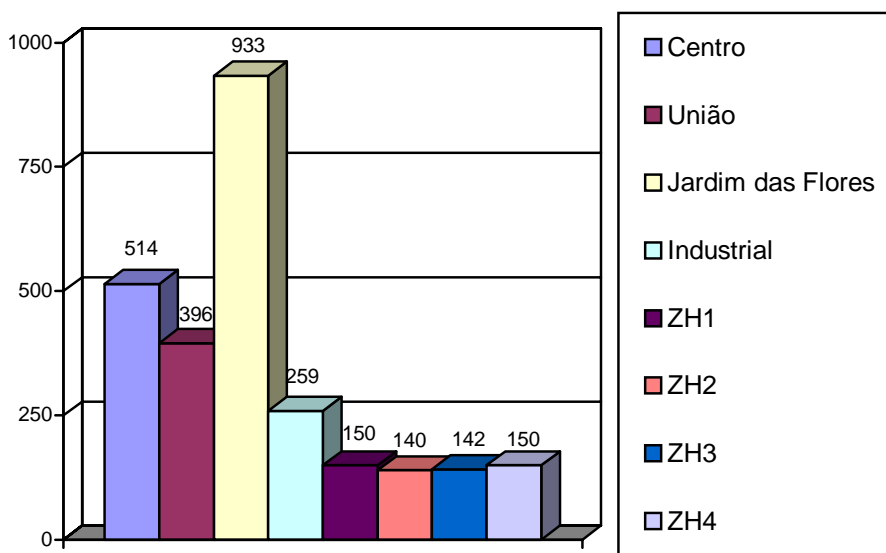


Figura 2 - Número de famílias por bairro no Município de Matupá

CONCLUSÃO

Por meio de entrevista com os moradores dos bairros do Município de Matupá-MT, concluí-se que vários foram os motivos que levaram os migrantes a deslocarem-se para o Estado de Mato Grosso foi à busca por melhores condições de vida: emprego, custo de vida mais baixo, terras a preços acessíveis; e por a região Norte de Mato Grosso estar em desenvolvimento oferecendo uma infra-estrutura básica (escola, saúde, moradia, emprego, terra para plantação), por esses motivos às famílias entrevistadas migraram para Matupá-MT na sua maioria oriundas do Sul do Brasil e também de outras regiões: Região Centro-Oeste, região Sudeste, região Nordeste e região Norte.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, S.P. **A colonização oficial em Mato Grosso** “A Nata e a Borra da Sociedade” Cuiabá, EDUFMT, 2002, 290p.
- HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A Expansão da Agricultura Moderna e a Integração do Centro Oeste Brasileiro à Economia Nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, julho 2000.
- OLIVEIRA, A.U. **Migrantes na fronteira agrícola**, nº 3 Janeiro- Abril, p. 32- 41. 1989.
- PANUTTI, R. **História: Introdução**, Fascículo 1. Cuiabá Ed UFMT, 2002, 72p.
- PANNUTI, M. R. V. **História:**, 2 ed. Cuiabá Ed. UFMT, p. 22-45. 2002.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995. P. 241-3.
- VEIGA, J.E. **O que é Reforma Agrária**, 14º ed. Editora Brasiliense. São Paulo- SP.p. 45-49. 1994.